



Dia a Dia

Tudo como dantes?

Quem parabenizou pessoalmente o cacique peemedebista foi a prefeita Maria Antonieta de Brito. No período pré-eleitoral, há quem diga, a relação entre os dois não permitia tamanha proximidade.

Programa oferece 779 vagas

DA REDAÇÃO

O programa Emprega São Paulo, sistema on-line e gratuito de intermediação de mão de obra do Governo do Estado, oferece 779 oportunidades de emprego na Baixada Santista.

Santos é o município com o maior número de vagas, 307 ao todo. Entre os cargos com oportunidades estão: corretor de imóveis (60), servente de obras (25), motorista de caminhão (25) e técnico de laboratório de análises físico-químicas (25).

As outras vagas estão distribuídas entre Cubatão (243), Praia Grande (111), São Vicente (51), Guarujá (27), Peruíbe (25), Mongaguá (10), Bertioxa (4) e Itanhaém (1).

Os interessados podem se cadastrar gratuitamente no site www.empregasaopaulo.sp.gov.br. Podem ainda comparecer pessoalmente aos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT) da região. É necessário apresentar RG, CPF e carteira de trabalho.



Areia da Ponta da Praia corre risco de desaparecer

Possíveis danos da dragagem de aprofundamento do Porto são discutidos na Cidade

FLÁVIO LEAL

DA REDAÇÃO

O provável desaparecimento da faixa de areia da Ponta da Praia, notado ano a ano, entrou na pauta do Município.

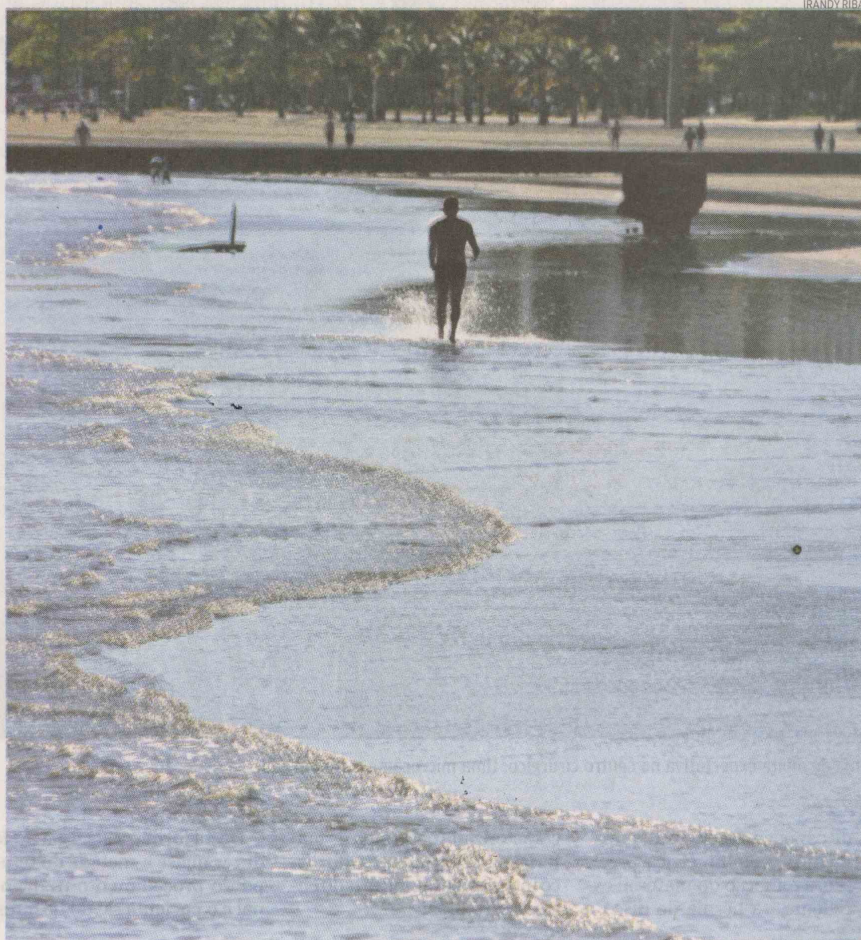
Até um movimento, o "Vamos Salvar a Ponta da Praia", nome provisório, é estudado em sigilo pela Secretaria do Meio Ambiente de Santos.

O debate tem início na esteira das discussões sobre os prováveis danos da dragagem de aprofundamento do Porto de Santos, iniciada há seis meses, e que pode ter acelerado a erosão no trecho.

Reunião adiada

O que seria a primeira rodada de negociações para tratar do tema dragagem e erosão nas praias, na Codesp, prevista para amanhã, foi adiada, segundo a assessoria de imprensa da Prefeitura de Santos. O secretário de Meio Ambiente, Fábio Alexandre Nunes, não pôde se manifestar sobre o assunto ontem, ainda segundo a assessoria, por problemas de agenda.

Na mais recente ressaca, verificada no último final de semana, os efeitos prováveis da erosão por um lado, na região do Canal 6, com assoreamento intenso em outro da orla santista, nos Canais 1 e 2, acendeu a luz vermelha entre as autoridades ambientais do Município.



IRANDY RIBAS

Até a Secretaria do Meio Ambiente de Santos cogita um movimento para analisar causas do sumiço da areia

Do outro lado do canal, em Guarujá, na Praia do Góes, que também vive épocas de erosão acentuada mescladas com asso-

reamento em outras, existe a revolta da comunidade local, de cerca de 300 pessoas.

Técnicos ouvidos pela Repor-

tagem se mostram divididos sobre os danos causados nesta duas faixas de areia pela dragagem que deve elevar de 13,5

Continuação



*A Tribuna
Quinta-Feira, 19 de Agosto de 2010*

Número

3

dragas

atuam na dragagem do porto de Santos. Duas de grande porte, chinesas, e uma menor, panamenha, para os trabalhos de manutenção. A Xi Hai Hu Hang e da Jun 5001 seguem até janeiro em Santos. O aprofundamento do canal vai custar R\$ 200 milhões.

para 15 metros a profundidade dele e aumentar 150 para 200 a sua largura.

Por um lado, a assessoria técnica do Instituto Geológico de São Paulo (IGSP), contratada pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) defende que o intervalo de tempo do início dos trabalhos de dragagem, de seis meses, é pequeno para avaliar os seus efeitos na geografia regional.

Célia Regina Gouveia de Souza, do IGSP, afirma que existe um tempo para que os possíveis efeitos apareçam. "Existe um jato do canal, correntes costeiras que transportam sedimentos. Há muitos aspectos para análise".

Acelerado

Sem estudos que mostrem a aceleração dos processo de mudança na geografia das praias, o atestado, por enquanto, é baseado no visual visto dia a dia por quem as frequenta diariamente. O portuário aposentado João Roberto dos Anjos, de 58 anos, não hesita em afirmar. "Aqui, junto à primeira rampa da Ponta da Praia, as pessoas chegavam a colocar guarda-sol na areia com a maré baixa. Isso não acontece mais, a areia está menor". Há 45 anos ele pesca naquele trecho. "O nível da água está mais alto", relata dos Anjos. Antônio Remane, de 55, outro que pesca ali, emenda. "Foi a dragagem, deu para perceber as mudanças de uns meses para cá", acredita. Os moradores do Góes dizem sentir as mesmas mudanças. Samara Theodósio, de 43 anos, comenta que a Codesp e outros já foram na praia do Góes, mas não há respostas. "Meus dois filhos ficaram sem ir as aulas porque a barca não atracava", relata. O marido, Paulo Theodósio, verificou outra mudança nos últimos meses. "Nunca foi um ponto de prática surfe a praia. Agora, são ondas grandes e até em formato de tubo", conta.

TEMPO

Pelo licenciamento ambiental obtido junto ao Ibama, de acordo com Célia, os primeiros estudos começaram antes da dragagem e têm 18 meses de duração.

Na outra ponta, a velocidade dos impactos verificados nos últimos meses já justificam uma primeira avaliação detalhada da situação.

Ações mitigadoras para atenuar as alterações que atingem a comunidade do Góes, ilhada periodicamente e com crianças sem frequentar aulas, são necessárias. Essa é a opinião de estudiosos do problema e dos moradores, que não hesitam ao apontar a dragagem como vilã das transformações.

Continuação



Estudo com mais detalhes depende de financiamento

■ O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) sobre a dragagem já previa que, com o aprofundamento do canal, as ondas ficariam mais rápidas e com mais energia, segundo o oceanógrafo André Belém, fundador da organização não governamental Observatório Oceanográfico.

Um detalhamento sobre o que acontece na Ponta da Praia, de fato, ainda segundo Belém, necessita de financiamento. “Já é fato a tendência de se perder aquele trecho de areia. Mas dados como volumes, taxas e prazos ainda estão incipientes”.

Para Belém, o risco de perder a Ponta da Praia é grande caso não haja alguma estratégia. “A fonte (de areia) é o próprio canal, o que, com

maior profundidade e retirada de material, fica comprometido”, diz..

Um enrocamento maior, uma espécie de barragem com rochas para conter ondas mais fortes, já empregado na Ponta da Praia, só iria afetar de forma ainda mais negativa a Praia do Góes, do outro lado do canal.

AGENDA

Outro oceanógrafo, Fabrício Gandini, diretor do Instituto Maramar, que acompanha o caso da praia de Guarujá, é enfático em afirmar: “Seria preciso uma agenda positiva para compensar os estragos. Os moradores dali estão ilhados em determinadas épocas”.

Para Gandini, quanto mais se aprofunda o canal, mais se aprofundam os problemas.

Secretário faz alerta sobre possível erosão

■ Para o secretário de Meio Ambiente de Guarujá, Élio Lopes, a lógica era de que a dragagem iria resultar em erosão e a Praia do Góes diminuiria de tamanho.

Para Lopes, no entanto, não é simplesmente a dragagem a responsável pelos períodos de assoreamento.

“Embora não exista estudo, é consenso entre os técnicos que a operação em si, a técnica, que puxa água com muitos sedimentos em suspensão do fundo do canal a responsável”, argumenta Lopes.

O secretário afirma que tudo leva a crer que o material que sobra é arrastado tanto para o Góes como para praia de Santos, dependendo das condições climáticas.

Lopes é enfático: estes problemas têm conotação, “sim”, com a dragagem. E recorda ter testemunhado a retirada da faixa de areia da Ponta da Praia de 12 caminhões carregados de sedimentos numa manhã de domingo.

A ampliação do debate sobre os efeitos e a tecnologia empregada, de lançamento do material retirado do leito por vertedor (*overflow*), até o momento não existiu, para o secretário. “É necessário dialogar e debater”, afirmou Lopes.



Praia do Góes, no Guarujá, será afetada, caso seja construída uma barragem com rochas na Ponta da Praia

“Toda alteração artificial gera outra”, explica o oceanógrafo. “O porto é o culpado”, não hesita em afirmar Gandi-

ni. “E a população local não recebe nada de benefício, é ignorada”.

O estudo contratado pela Co-

desp não é suficiente para detalhar alguma alteração nas praias de Santos com a dragagem, para Gandini.



Amores de ocasião

■ LUIS CARLOS ROMAZZINI
professor e vereador em Guarujá
Colaborador

Comparo as relações de poder que tenho vivenciado, bem verdade no pequeno mundo de um legislativo municipal, ao cio de minha cachorra de pouco tempo atrás. Muitas vezes, meu portão ficou cercado pelos cachorros da rua, dos quais a consegui proteger, para que não ficasse prenha, mas por descuido meu ela acabou prenha pelo outro cão que tenho no quintal. Ou seja, a lambança estava mais próxima que eu pensava, me fazendo lembrar um velho dito: "Que Deus me livre dos amigos, pois dos inimigos cuidei eu".

Assim tem sido a sina de prefeitos, sustentados por bancadas que, não raras vezes, deitam e rolam em privilégios, são consortes nos crimes e vilanias, só que por proteção constitucional. E não poderia ser diferente, pois não se pune em lugar algum do mundo parlamentares pelos seus votos.

Assim sendo, aqueles que por dever teriam que vigiar se acumpliciam nas maracutaias e todos lucram, enquanto o povo perde e perde muito.

O que me dá razão são os milhares de processos que tramitam contra os prefeitos em nosso Estado.

Bem verdade que, após as leis de Licitações Públicas, Responsabilidade Fiscal e agora a da Ficha Limpa, colocaram obstáculos, mas a farra continua. E continua por um simples motivo: a cultura patrimonialista da sociedade e, por via direta de seus eleitos, a noção de ser dono do espaço político, de não ter que prestar contas, caminha rapidamente pelo "direito" de saquear, enriquecer a si próprios e aos seus, na grande maioria dos casos.

O destemor pela lei e a certeza de que com dinheiro pode se contratar os melhores advogados, no pós-governo, as relações incestuosas com parte da mídia, que muitas vezes fecha os olhos para determinadas questões cruciais, de falta de zelo com os recursos públicos. Isso tudo só vem à tona quando estes prefeitos fora do poder entram no calvário por eles construídos.

Diante das centenas de processos, com penas de ressarcimento e até privativas de liberdade, desaparecem aqueles "amigos", que tudo aprovavam nos parlamentos e que

nada deixavam investigar. Pior ainda quando parlamentares reeleitos votam para manter pareceres do Tribunal de Contas que rejeitaram as contas de prefeitos aos quais estavam "apaixonadamente" ligados em seus mandatos pretéritos.

Aí, meu amigo, Inês é morta. Que saibam os prefeitos que, na hora do cadafalso, não adiantará lamentos e murmúrios, irão sozinhos e os amigos de outrora estarão se esbaldando nas cadeiras de sempre, nos discursos de sempre e, com certeza, cruzarão calçadas para não ter que passarem ao lado de mortos vivos da política.

Portanto, prefeitos e prefeitas, se os amores de praia não sobem ao planalto, os de Carnaval não vão ao altar, salvo raras exceções. Cuidado, pois mandatos de executivos são finitos, só com uma reeleição e, mais cedo ou mais tarde, poderão ver seus amigos tornarem-se algozes. Afinal, o mundo gira enquanto a lusitana roda. Eu já castrei minha cachorra. Quanto aos senhores, mesmo que tivesse não daria conselhos, pois estão no "puder", mas esse afrodisíaco tem consequências. Embora não seja profético, recomendo: cuidem-se.



GUARUJÁ

STF decide que a Prefeitura não deve pagar a mais por contrato com a Vital

A ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, decidiu que a Prefeitura de Guarujá não deve pagar a mais pelo contrato firmado com a Vital Engenharia, que prestava serviço de coleta de lixo na Cidade.

O Supremo Tribunal Federal (STF) emitiu decisão favorável a uma ação popular, movida contra os prejuízos causados pela ampliação do valor de contrato entre a Prefeitura de Guarujá e a Vital Engenharia, em uma manobra administrativa realizada em 2006, e que foi considerada fraudulenta pela Justiça.

A ministra negou andamento ao procedimento impetrado pela parte contrária, que pretendia cassar a liminar determinando o pagamento a menor dos débitos que a Prefeitura tem, perante a empresa Vital, estipulado no valor de quase R\$ 11 milhões.

Segundo o autor da ação, o advogado Sidney Aranha, com a decisão do STF, a Prefeitura deve economizar cerca de R\$ 8 milhões.

“Em valores atuais, a decisão do STF representa uma economia de R\$ 8 milhões aos cofres públicos municipais”, explica Aranha.

Entenda o caso

Toda a polêmica começou no mês de abril de 2006, quando o ex-prefeito de Guarujá, Farid Madi, decidiu substituir a empresa de limpeza pública, alegando que faria uma economia de recursos. A Prefeitura tinha contrato emergencial com a empresa Terracon, pelo valor de R\$ 1,7 milhão. Sem licitação, o ex-prefeito decidiu firmar um novo contrato de emergência com a Vital Engenharia, pelo valor de R\$ 1,3 milhão.

Porém, após alguns meses, o valor do contrato passou de R\$ 1,3 para R\$ 11,9 milhões, quase dez vezes o valor do contrato anterior, para execução do mesmo serviço.

Diante disso, o advogado entrou com a ação

popular e o magistrado entendeu que a Prefeitura não poderia pagar mais do que já pagava, pelo mesmo serviço.

Logo em seguida, o prefeito Farid Madi recorreu como parte interessada no processo, pedindo solicitação à justiça autorização para pagar os valores a mais. “Isso foi um ato de claro prejuízo aos cofres públicos e desrespeito para com a população. Nós recorremos até a última instância e o processo seguiu para o STJ e depois ao STF”, disse Aranha.

Agora, a administração pode utilizar a sentença e abater o valor aproximado de R\$ 8 milhões, do acerto final que deve ser feito com a empresa Vital Engenharia. “Eu tenho conhecimento de que a Prefeitura está passando por uma péssima situação financeira. Agora, a prefeita pode usar esse dinheiro para pagar o funcionalismo e os fornecedores de servi-

ço, evitando assim que mais pessoas sejam mandadas embora”.

Prefeitura

Segundo a secretária de Assuntos Jurídicos, Dra. Fábiana Margarida Alencar Daléssio, a Administração Municipal ainda não foi notificada sobre a ação, mas garantiu que o resultado vem consolidar o posicionamento da atual administração. “Tivemos vários problemas com essa empresa que chegou até a paralisar o serviço de coleta de lixo na Cidade prejudicando a população. A Vital pleiteia cerca de R\$ 11 milhões da Prefeitura, o que é indevido e esta ação representa uma economia de quase R\$ 8 milhões. Parabenizamos todas as ações que o cidadão venha a mover em favor da cidade”, finalizou a secretária.

Vital Engenharia

A equipe de reportagem do DL entrou em contato com a assessoria de imprensa da empresa, mas até o fechamento desta edição não obteve resposta sobre o assunto.

Resultado da ação representa uma economia de cerca de R\$ 8 milhões aos cofres públicos municipais